

dos fundamentos dos debates educativos, sejam reféns de um discurso vago, frouxo, ignorante e enganoso.

Não deveria ser assim, mas assim é, infelizmente. Por tudo isso, pelo contraste com a prédica educativa comum e com a generalizada ignorância educativa, os textos do ministro inglês são ainda mais notáveis.

No seu primeiro discurso, Nick Gibbs explica as principais reformas que os recentes governos britânicos levaram a cabo, focando-se na estrutura do sistema educativo: descentralização, autonomia, incentivos, avaliação, responsabilidade pelos resultados.

O seu ponto de vista coincide em grande parte com o nosso: os responsáveis políticos devem apontar para um currículo exigente e baseado no conhecimento, as escolas devem ter autonomia para se organizarem e escolherem as suas vias. Mas deve haver

uma avaliação externa de alunos, diretores e escolas que seja conhecida do público e dos pais, que têm de ter liberdade de escolha das escolas.

Ou seja, como muitas vezes dissemos: liberdade nos processos, avaliação dos resultados. Os interesses de certa administração, da intelectualidade “eduquesa” e das cúpulas sindicais, que tantas vezes se aliam para capturar o sistema educativo, defendem exatamente o contrário: controle dos processos e inexistência de avaliação.

No seu segundo discurso, Nick Gibbs concentra-se na crítica a algumas teorias educativas na moda, nomeadamente às noções desenvolvidas a partir da ideia de que a tecnologia e a modernidade mudaram completamente a maneira como se aprende. Com base numa crítica racional e fundada nas mais recentes conclusões da psicologia

educativa e dos estudos internacionais PISA, o ministro inglês mostra que o ensino direto é superior à pretensa aprendizagem pela descoberta, explica por que deve o currículo ser baseado no conhecimento e não em tópicos vagos, tais como as tão difundidas “competências”, e revela por que razão a prioridade à matemática e à leitura, depois à história, à geografia, às ciências, é decisiva para o avanço cognitivo dos estudantes.

Quando entre nós e noutros países europeus aparecem como novidades a aprendizagem por projetos, teoria velha de mais de um século, a pluridisciplinaridade sem disciplinaridade, desacreditada pela experiência, e o desprezo pela transmissão de conhecimentos e factos, refutado pela psicologia cognitiva moderna, ler os discursos do ministro inglês e as múltiplas referências científicas que cita será certamente refrescante. ■

Reformas na Educação no Reino Unido 2010-2015

Fórum Mundial da Educação no Dubai

As reformas adoptadas ao longo dos últimos sete anos elevaram drasticamente os padrões nas escolas em Inglaterra.

TRADUÇÃO **Leonor Barroso**

Foram concedidos mais poderes aos professores e aos directores para melhorarem as suas escolas; à maior autonomia profissional juntou-se a responsabilização inteligente; e elevaram-se os padrões para os alunos de todas as idades. Os frutos das nossas reformas já são visíveis – com uma melhoria impressionante na leitura das crianças de 6 anos e mais 1.8 milhões de estabelecimentos de ensino bons ou excepcionais. Mas o verda-



POR
Nick Gibb

Secretário de Estado
da Educação do
Reino Unido

deiro alcance do que se conseguiu entre 2010 e 2015 ainda não foi totalmente avaliado.

Em 2010, apesar das melhores intenções do governo anterior, que tinha vencido as eleições de forma esmagadora sob as palavras de ordem “Educação, educação, educação!”, o sistema de ensino encontrava-se num caos:

- O currículo nacional tinha sido privado do conhecimento, tendo os alunos sido deixados sem o conhecimento essencial de que necessitavam;

- As escolas estavam a direccionar os alunos para as chamadas “habilitações equivalentes” de modo a inflacionarem a posição da escola nas tabelas de *ranking*.

- O crescimento destes “equivalentes” coincidiu com uma queda acentuada no número de alunos que frequentou algumas disciplinas muito valorizadas, incluindo as línguas estrangeiras modernas;

- A inflação das notas era frequente, minando a confiança nacional nas nossas habilitações públicas nacionais;

- Era permitido ao *Ofsted* – o serviço de inspecção da escola – impor as suas preferências pedagógicas e penalizar as aulas dirigidas por professores, prejudicando o desempenho dos alunos;

- E a uniformidade no sistema de ensino sufocava a inovação, que, uma vez liberta, em 2010, foi um catalisador de diversidade e de padrões mais elevados.

Graças aos poderes concedidos pelo governo e à expansão do Programa das Academias e Escolas Livres, que permitiu às escolas optarem por ficar de fora do controlo das autoridades locais, os professores e directores passaram a gozar de maior controlo sobre o destino da sua escola.

O Programa das Escolas Livres permitiu aos pais, professores e instituições de caridade de educação abrirem uma nova escola. Estas novas escolas livres tinham maior controlo sobre o currículo, administração e visão para a escola, introduzindo no sistema diversidade e competitividade.

As academias são escolas que já existiam e que decidiram ficar de fora do controlo da autoridade local, com todas as liberdades associadas. As academias e as escolas livres prestam contas ao *Ofsted* e também no contexto de acordos de financiamento com o Secretário de Estado.

Juntamente com as maiores liberdades para os professores nas escolas livres e nas academias, o governo deitou fora 20 000 páginas de regulamentação e linhas de orientação desnecessárias, libertando os professores para que se possam concentrar em ensinar.

O governo também quis capacitar todos os professores para resolverem a questão do mau comportamento. Foram dados aos professores e directores poderes mais claros para lidarem com o mau comportamento e – muito importante – o governo concedeu aos professores anonimato se enfrentassem acusações de pais ou alunos.

Embora haja muitos dados para demonstrar o sucesso do Programa das Academias e das Escolas Livres, a prova mais convincente para defender uma maior liberdade para os professores e para as escolas encontra-se ao visitar algumas das



Juntamente com as maiores liberdades para os professores nas escolas livres e nas academias, o governo deitou fora 20 000 páginas de regulamentação e linhas de orientação desnecessárias, libertando os professores para que se possam concentrar em ensinar

academias e escolas livres com melhores resultados em Inglaterra.

Quer se olhe para a *Reach Feltham*, a *Michaela Community School*, a *City Academy Hackney*, a *King Solomon Academy* ou para a *Harris Academy Battersea* há semelhanças óbvias.

Todas estas escolas têm um currículo abrangente e rico em conhecimento. Cada uma tem uma abordagem forte à gestão de comportamentos, para que os professores possam ensinar ininterruptamente. E todas estas escolas servem comunidades desfavorecidas, demonstrando que elevados padrões académicos e de comportamento não são – e não devem ser – exclusivos dos alunos com maiores capacidades económicas em escolas privadas.

O governo juntou uma maior autonomia a um quadro de responsabilização avaliada, concebido para garantir que todos os alunos recebam uma educação académica de grande qualidade.

O governo respondeu rapidamente ao flagelo das chamadas qualificações “equivalentes”. No total, desde 2010, 96% das habilitações não abrangidas pelo GCSE (*General Certificate of Secondary Education*), o Certificado Geral do Ensino Secundário, e habilitações IGCSE (*International Gene-*

ral Certificate of Secondary Education), o Certificado Internacional Geral do Ensino Secundário, foram retiradas das tabelas de desempenho das escolas.

E, muito importante, o governo libertou os professores da tirania do estilo de ensino *Ofsted*. Procurando o aplauso dos inspectores das escolas, as aulas eram preenchidas com trabalhos de grupo, divididas em pequenas parcelas com o objectivo de motivar os alunos e o tempo concedido aos professores tinha sido reduzido. Em vez disso, desde 2010, as escolas são avaliadas com base nos resultados, e não com base nos métodos.

Mas o verdadeiro sucesso do sistema de responsabilização das escolas concebido entre 2010 e 2015 foi o aperfeiçoamento e a melhoria das avaliações nacionais levadas a cabo nas escolas em Inglaterra – trabalho que ainda está a decorrer.

Duas medidas de responsabilização de escolas secundárias tiveram um impacto significativo na atitude das escolas relativamente ao currículo:

Para encorajar as escolas a colocarem mais alunos em GCSEs académicos rigorosos, o governo introduziu o Bacharelato Inglês, uma combinação de disciplinas escolhidas entre Matemática, Inglês, pelo menos duas disciplinas do campo científico, uma no campo das humanidades (História ou Geografia) e uma língua. Esta combinação de disciplinas oferece aos alunos um amplo núcleo de conhecimento e constitui a melhor oportunidade de serem admitidos nas universidades mais prestigiadas do Reino Unido.

A percentagem de alunos a frequentar cada uma destas disciplinas e a percentagem de alunos aprovados neste conjunto de disciplinas são publicadas anualmente. Desde a introdução desta política, a proporção de alunos que toma parte deste conjunto de disciplinas aumentou de pouco mais de um quinto para pouco menos de dois quintos.

Esta política está a ajudar a reverter o abandono da frequência de disciplinas que ocorreu sob o governo anterior, proporcionando a mais alunos as bases académicas sólidas de que precisam.

Em segundo lugar, o governo introduziu o Progresso 8 – que mede o desempenho escolar com base no grau de progresso dos alunos no ensino secundário. Anteriormente, as escolas eram avaliadas de acordo com a proporção de alunos que atingia um determinado nível mínimo, levando a uma série de incentivos perversos. As escolas não foram incentivadas a estimular os seus alunos mais capazes ou os menos capazes. Em vez disso,

as escolas foram encorajadas a focarem-se desproporcionadamente nos alunos com hipóteses de subirem de um D para um C.

Graças ao Progresso 8, as escolas são actualmente incentivadas a oferecer um currículo vasto, equilibrado e estimulante a todos os seus alunos.

Nas escolas primárias, as reformas estão ainda a ser implementadas, mas um teste de aferição provocou uma melhoria drástica nos padrões.

Há décadas que ninguém duvida de que o método fónico sintético é a maneira mais eficaz para ensinar as crianças a ler. Todavia, os governos anteriores foram muito lentos na garantia de que todos os alunos estavam a aprender a ler por meio deste método.

Para além de tornar obrigatório o ensino fónico desde cedo, o governo introduziu o teste de verificação fónica – uma avaliação, feita pelos professores, das capacidades dos alunos do ano 1 para a descodificação de palavras simples.

Em 2012, apenas 58% das crianças de seis anos em Inglaterra estavam no bom caminho para se tornarem leitores fluentes. Em 2016, graças ao trabalho árduo de professores e à utilização do método fónico, 81% das crianças de seis anos passou o teste de verificação fónica. Isto perfaz um total de mais 147 000 crianças de 6 anos no caminho certo para se tornarem leitores fluentes do que em 2012.

Há poucas políticas mais importantes – se é que há alguma – para a melhoria da mobilidade social do que garantir que todos os alunos aprendem a ler de forma eficaz. A literacia é a base de uma educação de grande qualidade e rica em conhecimento. Aqueles que se opõem ao uso do método fónico sintético são um obstáculo entre os alunos e a educação que eles merecem.

Com a conjugação da autonomia, responsabilização inteligente e os melhores métodos de ensino, ocorreram melhorias impressionantes nas escolas em Inglaterra. Todavia, porventura o mais importante componente das reformas do último parlamento foi o aumento das expectativas de todos os alunos.

O governo herdou um currículo nacional despido de conhecimento. O governo ocupou-se desta injustiça imediatamente.

Reformámos o currículo no ensino primário e secundário e reformámos os GCSEs e as habilitações avançadas (*A-Levels*), fortalecendo a sua regulação por meio de um regulador independente e colocando-os a par das melhores habilitações do mundo.



O governo queria garantir que todos os alunos tinham acesso a currículos de elevada qualidade e ricos em conhecimento, culminando em habilitações internacionalmente respeitadas. Não só acabámos com a inflação nas notas, inspirando novamente confiança nas habilitações nacionais, mas também reestruturámos os conteúdos dos exames, para aumentar o rigor e o conteúdo focado no conhecimento. Pois todas as crianças têm direito a receber uma educação no que de melhor foi pensado e dito. Garantir que este conhecimento é concedido a todos os alunos é fundamental para criar uma sociedade socialmente justa e com mobilidade social.

A ortodoxia internacional dominante é a de um currículo direccionado para as chamadas aptidões do século XXI, que são muito vagas. Mas um currículo que dá prioridade à criatividade, ao pensamento crítico e à colaboração em lugar do conhecimento está condenado a desiludir os alunos. A partir do estudo de E. D. Hirsch, sabemos que os alunos de meios desfavorecidos vão ficar ainda mais desfavorecidos por um currículo baseado em aptidões.

Esta ortodoxia internacional sucumbe diante de provas e do bom senso.

Em 2009, Michael Gove explicou de que forma o bom senso dos britânicos estava em linha com a convicção do futuro governo relativamente à finalidade da educação:

“O bom senso do provo britânico inclina-o para escolas em que a principal actividade é ensinar e aprender, o principal objectivo é a realização académica, o princípio orientador de todas as acções é a maior difusão da excelência, a introdução de novas gerações nos grandes triunfos da humanidade.”

Em tudo o que o governo fez na educação entre 2010 e 2015, o governo adoptou uma atitude baseada em provas e no bom senso. Foi concedido mais poder aos professores e aos directores – as pessoas mais bem posicionadas para tomar decisões a respeito das escolas; as escolas foram incentivadas a oferecer a todos os alunos o ensino rigoroso e com base na observação que eles merecem; e o currículo nacional reformado substituiu um currículo baseado em aptidões que não estava adequado ao propósito de oferecer a todos os alunos o conhecimento básico de que eles necessitam para serem bem sucedidos. ■